

**GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA
(ORGANIZADORA)**



**CULTURA,
RESISTÊNCIA E
DIFERENCIAÇÃO
SOCIAL 2**

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Cultura, Resistência e Diferenciação Social 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C968	Cultura, resistência e diferenciação social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Cultura, Resistência e Diferenciação Social; v.2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-524-2 DOI 10.22533/at.ed.242190908 1. Antropologia. 2. Identidade cultural. 3. Resistência cultural. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série. CDD 306
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Cultura, Resistência e Diferenciação Social – Vol. 2” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos. A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espaço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica

aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“OS SERTÕES”, CANUDOS E CONSELHEIRO: NEM TUDO É POSITIVISMO	
Izaias Geraldo de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.2421909081	
CAPÍTULO 2	18
A PERSONALIDADE DE UM POVO, O TANGO E A SUA MEMÓRIA	
Daiane Glaucia de Oliveira	
Samuel Klauck	
DOI 10.22533/at.ed.2421909082	
CAPÍTULO 3	26
A TEORIA DA REVOLUÇÃO DO P.C.B.: OCTÁVIO BRANDÃO, A ALIANÇA DE CLASSES E O FEUDALISMO (1922-1935)	
Danilo Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2421909083	
CAPÍTULO 4	43
ANTROPOLOGIA E MODA: REFLEXÕES SOBRE A REDE DE CRIADORES E CRIADORAS DE SALVADOR	
Luana Nascimento Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.2421909084	
CAPÍTULO 5	54
“APRENDI COM MINHA MÃE”: O CONHECIMENTO TRADICIONAL NO TRATAMENTO DE ALGUMAS DOENÇAS EM TRÊS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL	
Adelmir Fiabani	
DOI 10.22533/at.ed.2421909085	
CAPÍTULO 6	72
ARTE, CULTURA E MEMÓRIA NO PENSAMENTO DE FRIEDRICH NIETZSCHE	
Danilo Morae Lobo	
Auterives Maciel Jr	
DOI 10.22533/at.ed.2421909086	
CAPÍTULO 7	81
CABARÉ DA RRRRRAÇA: O RECURSO DO RISÍVEL COMO METÁFORA DO ENTRE -LUGAR	
Gildete Paulo Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2421909087	
CAPÍTULO 8	90
COMUNIDADES TRADICIONAIS E A CONSERVAÇÃO DA FLORESTA: UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE VILA FRANCA, RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS, PARÁ, BRASIL	
Marcos Diones Ferreira Santana	
Emeli Susane Costa Gomes	
Luciana Edilena Santos Guimarães	
Ana Daiane Lopes Costa	
Jarlei Dominique Souza da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2421909088	

CAPÍTULO 9	101
MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO E CULTURA JAPONESA DA UFRGS E O POEMA HAICAI: EM PROL DA DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL À SOCIEDADE LOCAL	
Tomoko Kimura Gaudioso	
DOI 10.22533/at.ed.2421909089	
CAPÍTULO 10	105
NACIONALISMO SOCIAL, CORPORATIVISMO FASCISTA E “AUTORITARISMO INSTRUMENTAL” NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA	
Fabio Gentile	
DOI 10.22533/at.ed.24219090810	
CAPÍTULO 11	117
O NEORREALISMO E O CICLO BAIANO DE CINEMA: A CONFIGURAÇÃO DE UM IDEÁRIO ÉTICO-ESTÉTICO NA BAHIA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960	
Euclides Santos Mendes	
Milene de Cássia Silveira Gusmão	
DOI 10.22533/at.ed.24219090811	
CAPÍTULO 12	127
PONTOS DE CULTURA DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO E OS NOVOS PARADIGMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS	
Tárcio Leonardo Santos Mota	
DOI 10.22533/at.ed.24219090812	
CAPÍTULO 13	135
SABERES E HISTÓRIAS DAS BENZEDEIRAS NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Paula Danielli	
André Boccasius Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.24219090813	
CAPÍTULO 14	142
SENSIBILIDADES DO LEMBRAR E DO ESQUECER NOS CORDÉIS-MEMÓRIA DE JARID ARRAES	
Fernanda Santos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.24219090814	
CAPÍTULO 15	152
TORÉ, UM DUETO DE FORÇAS QUE REÚNE POVOS ANCESTRAIS	
Elizabete Costa Suzart	
DOI 10.22533/at.ed.24219090815	
CAPÍTULO 16	164
TROPICALISTAS: OUSADIAS EM NOITES DE <i>HAPPENINGS</i> E COMUNICAÇÕES INTERROMPIDAS	
Givanildo Brito Nunes	
Edson Silva de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.24219090816	

CAPÍTULO 17	175
UMA INTERPRETAÇÃO DA RELIGIOSIDADE LUSO-BRASILEIRA NA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DE RUDOLF OTTO	
Michel Kobelinski	
DOI 10.22533/at.ed.24219090817	
SOBRE A ORGANIZADORA	196
ÍNDICE REMISSIVO	197

A TEORIA DA REVOLUÇÃO DO P.C.B.: OCTÁVIO BRANDÃO, A ALIANÇA DE CLASSES E O FEUDALISMO (1922-1935)

Danilo Mendes de Oliveira

Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo. Especialista em “História, Sociedade e Cultura” pelo Programa Lato-Sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharelado e Licenciado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
São Paulo - SP

Artigo publicado pela primeira vez na revista do mestrado em História da Unesp-Franca: História e Cultura, Franca, v. 6, n. 1, p. 83-102, mar. 2017.

RESUMO: Este artigo lida com a constituição da teoria da revolução do Partido Comunista do Brasil em seus primeiros anos. Nesse ínterim, busca-se compreender o papel de Octávio Brandão no desenvolvimento da teoria da revolução do partido e sua divergência teórica em relação à Terceira Internacional, apesar da manutenção da ideia de presença do feudalismo no meio brasileiro. Além disso, procura-se demonstrar como se configurou a teoria da revolução após o afastamento de Octávio Brandão do partido, através das páginas do jornal *A Classe Operária*. Por fim, procura-se demonstrar como a teoria da revolução lançou um debate sobre a existência do feudalismo na formação social brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Comunista do Brasil; Classes sociais; Internacional Comunista; Octávio Brandão; Teoria da revolução.

THE REVOLUTION THEORY OF P.C.B.: OCTÁVIO BRANDÃO, THE CLASS ALLIANCE AND FEUDALISM (1922-1935)

ABSTRACT: This article deals with the constitution of the revolution theory of the Communist Party of Brazil in its early years. In the meantime, it is sought to understand the role of Octávio Brandão in the development of the theory of the party revolution and its theoretical divergence in relation to the Third International, despite the maintenance of the idea of the presence of feudalism in the Brazilian milieu. In addition, it seeks to demonstrate how the theory of revolution was configured after the departure of Octávio Brandão from the party, through the pages of the newspaper *A Classe Operária*. Finally, it is tried to demonstrate how the theory of the revolution launched a debate on the existence of feudalism in the Brazilian social formation.

KEYWORDS: Communist Party of Brazil; Social classes; Communist International; Octávio Brandão; Revolution theory.

OCTÁVIO BRANDÃO, O P.C.B. E A I.C.

Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil (P.C.B.) foi um dos muitos partidos

que representaram a repercussão da Revolução Russa pelo mundo.

Octávio Brandão foi um dos principais membros do Partido nos seus primeiros anos. Com a fundação do jornal *A Classe Operária* em 1925 e através da obra *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brasil*, de 1926, ficaria demonstrado como sua tentativa de desenhar uma teorização para a revolução no Brasil gerava conflitos com a ideia original incentivada pela Internacional Comunista (I.C.), posto que esta instituição propunha uma aliança operário-camponesa para os países dependentes e semicoloniais.

Brandão buscava trabalhar com a ideia de uma aliança entre operariado e pequena burguesia, dando menor importância a uma união com o campesinato. Assim, a teorização de Brandão teve grande influência na tentativa do P.C.B. em tentar um contato com Luís Carlos Prestes na Bolívia em 1927, evento do qual participou Astrojildo Pereira, indicando ao “Cavaleiro da Esperança” algumas leituras marxistas como o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels e *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, de Lenin.

A preferência de Octávio Brandão por uma aproximação maior do operariado com a pequena burguesia em detrimento de uma ligação com os trabalhadores rurais geraria tensões em relação à Internacional, que possuía uma visão homogeneizadora das realidades locais dos países dependentes. Tal divergência não se resumiria apenas ao plano teórico, pois o aspecto organizacional e institucional também estaria em jogo.

Porém não houve apenas conflito entre as visões da Internacional Comunista e de Octávio Brandão, pois o autor aceitava a visão daquela instituição sobre a aplicação da ideia de feudalismo à explicação das realidades históricas semicoloniais. Assim, a realidade rural do Brasil passava a ser explanada em termos de “resquícios” do feudalismo.

A teorização de Octávio Brandão a respeito da realidade histórica do Brasil e sua preferência pela pequena burguesia em termos de alianças de classe também implicaria em um conflito na própria operação historiográfica. Havia uma tensão na relação de Octávio Brandão com a Internacional, pois ao mesmo tempo em que aceitava a ideia de aplicação do feudalismo, tinha resistências em relação à ideia da aliança operário-camponesa.

Vencida essa tensão entre a proposta de revolução da Internacional e as preferências do P.C.B. influenciadas pelo pensamento de Octávio Brandão, com o afastamento deste, o Partido caminhou para uma teorização que expressava de forma mais marcada a necessidade de aliança entre o operariado e o campesinato, o que era visível através de seu órgão de imprensa, o jornal *A Classe Operária*.

Desse modo, pretende-se neste artigo, abordar a mudança da ideia de aliança de classes na teoria da revolução do P.C.B.: de uma preferência pela união entre proletariado e pequena burguesia com o campesinato deixado em segundo plano, para a ideia de união entre o proletariado e o campesinato com a pequena burguesia relegada a um plano inferior.

Teria um papel relevante nesta metamorfose da ideia de revolução democrático-burguesa do P.C.B. a tensão existente na relação entre Octávio Brandão e a Internacional Comunista, seja no plano teórico sobre a organização da aliança de classes, seja no plano prático com o próprio afastamento do militante do Partido, e seja também no plano das vicissitudes da operação historiográfica sobre a realidade histórica brasileira empreendida por Octávio Brandão. Dessa forma, o presente ensaio procura trabalhar de os seguintes debates ao longo da exposição: conceito e realidade social; teoria e história; consciência histórica e experiência vivida.

Um dos objetivos também será destacar a ideia recorrente de aplicação do feudalismo na explicação da realidade histórica brasileira por parte de Octávio Brandão e do P.C.B., através da influência da Internacional Comunista.

Assim, segue-se uma curta introdução sobre a visão da I.C. a respeito da questão colonial. Depois, será feita a exposição da teoria da revolução do P.C.B. envolvendo a visão sobre as classes sociais e a suposta presença do feudalismo na realidade histórica brasileira. Logo em seguida, será demonstrada a mudança da teoria da revolução após o afastamento de Octávio Brandão, através de textos do jornal *A Classe Operária*. E por fim, será feito um balanço sobre a reverberação da teoria pecebista da revolução na obra de alguns autores que se debruçaram sobre o estudo da formação histórica brasileira, mais especificamente quanto ao postulado da existência do feudalismo no meio nacional.

A QUESTÃO COLONIAL NA VISÃO DA I.C.

Em 1921, o Partido bolchevique tentava determinar um novo rumo para a sociedade soviética após quatro anos de iniciada a Revolução Russa. Com a NEP (*New Economic Policy*) foi colocada a questão da aliança operário-camponesa para a continuidade do projeto comunista (REIS FILHO, 2007, 97-98).

Postular uma união entre operários e camponeses era tocar na problemática das relações entre as classes sociais no processo revolucionário russo. O “comunismo de guerra” se baseou na exploração do trabalho fabril nas cidades e na extorsão de víveres do campesinato. Não havia uma união espontânea entre as classes, mas sim uma relação de exploração gerida pelo Partido. Foi através desta estratégia que o governo soviético conseguiu a vitória contra a invasão branca (MAWDSLEY, 2008, p. 244-245).

Com a criação da Terceira Internacional, a Internacional Comunista, em 1919, os bolcheviques determinariam nos anos seguintes que os partidos comunistas dos países dependentes e semicoloniais deveriam enfatizar uma união entre operariado e campesinato. Tal aliança seria necessária, pois a exemplo do que ocorrera na Rússia, as realidades dos países “atrasados” reforçavam a inevitabilidade de uma atenção especial ao campo.

Já no II Congresso da I.C., em 1920, houve um debate entre V. I. Lenin e M. N.

Roy, representante da Índia e fundador do partido comunista deste país, a respeito da questão colonial. Enquanto Lenin depositava sua convicção na ideia de que a vitória do proletariado ocidental viabilizaria a revolução nas colônias, Roy enfatizava a necessidade de um trabalho para o avanço da consciência de classe entre os camponeses (PINHEIRO, 1991, P. 42-43)

No IV Congresso, em 1922, falava-se na revolução agrária como ultrapassagem das barreiras da democracia burguesa. No V Congresso, de 1924, a ênfase ficou mais por conta da ideia de aliança com as burguesias nacionais (CLAUDÍN, 1985, P. 236-237).

Mas seria no VI Congresso, em 1928, que se daria ênfase à necessidade de união entre operariado, campesinato e pequena burguesia para a realização de uma revolução democrático-burguesa (DEL ROIO, 2007a, P. 84).

A TEORIA DA REVOLUÇÃO DO P.C.B., AS CLASSES SOCIAIS E O FEUDALISMO

O P.C.B. surgiu em 1922, na cidade do Rio de Janeiro. E o jornal *A Classe Operária* foi fundado em 1925, fechado no mesmo ano pela polícia, e com retorno de seu funcionamento apenas a partir de 1928.

O partido teve como principal membro fundador Astrojildo Pereira, mas seu teórico mais influente na década de 20 foi Octávio Brandão. Foi com ele que o P.C.B. começou a delinear sua explicação para a realidade histórica do Brasil, a partir da influência do materialismo histórico, mais especificamente daquilo que se chamaria de marxismo-leninismo, termo que foi utilizado pioneiramente por Octávio Brandão (MORAES, 2007, P. 140).

Com a publicação em 1926 de seu livro *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de S. Paulo e a guerra das classes no Brasil*, sob o pseudônimo Fritz Mayer, Brandão salientaria o caráter esmagadoramente agrário da sociedade brasileira. O aspecto industrial estava engolfado pelo meio rural sufocante do Brasil. Nesse meio, a classe operária tinha um papel ínfimo, se comparada com o proletariado da Alemanha (FRITZ MAYER, 1926, P. 8). A classe dominante era a burguesia feudal, principal beneficiária da situação agrária. Havia outra burguesia, a industrial, que não apresentava forças suficientes para destronar a burguesia feudal. Entre o operariado e a burguesia, havia a pequena-burguesia. Além disso, a classe social mais numerosa era constituída pelos camponeses ou trabalhadores rurais.

Segundo Octávio Brandão, o proletariado deveria buscar se aliar com a pequena-burguesia e o campesinato para a derrubada da burguesia feudal. O autor dava significativa atenção para as revoltas tenentistas, pois estas eram levadas a cabo pela pequena burguesia, representada pelos militares. Mas não transparecia uma preocupação igual com o campesinato, apesar de Brandão considerar a importância desta classe social.

No cenário vislumbrado por Octávio Brandão era inquestionável a presença

dos resquícios do feudalismo. Segundo Reinhart Koselleck, no capítulo “História dos conceitos e história social”, presente no livro *Futuro passado*, os conceitos podem ser utilizados tanto para a designação de épocas passadas, como também podem ser trabalhados com situações em processo ou em vias de se processar. Quando Octávio Brandão falava sobre a presença do feudalismo no Brasil, aplicava o uso de um termo já utilizado para designar um período da história ocorrido durante aquilo que se convencionou chamar de Idade Média. Assim, havia um deslocamento no uso já conhecido do termo para uma realidade que ainda estava em processo.

Ainda de acordo com Koselleck, a aplicação de conceitos a realidades que estão em vias de se processar pode gerar um choque com a própria história social, pois ao se enquadrar uma realidade em processo a um conceito já pronto, pode-se gerar uma contradição do conceito com a própria realidade (KOSELLECK, 2006, P. 111).

Mas este processo de aplicação do conceito de feudalismo à realidade histórica do Brasil não se constituía em um problema para Octávio Brandão. A presença do feudalismo era algo inquestionável em sua visão. Tal explicação tinha influência da Terceira Internacional, que via o Brasil como um exemplo de país semicolonial, dominado pelos resquícios do feudalismo. Este país era considerado a “China do Ocidente”, devido à pressão esmagadora do meio agrário sobre o meio industrial (PINHEIRO, 1991, 157-158).

Então a aplicação do conceito de feudalismo vinha de “cima”, ou seja, das ideias desenvolvidas no seio dos debates da Internacional sobre os países semicoloniais ou dependentes, principalmente a partir do Segundo Congresso, de 1920. Portanto, a formulação já estava presente no meio comunista antes de Octávio Brandão escrever seu livro. Ele não seria o único na América Latina. José Carlos Mariátegui, por exemplo, trabalharia de forma parecida em sua teorização sobre a situação agrária no Peru (MARIÁTEGUI, 2010).

Havia um movimento de aplicar uma teoria a partir da exterioridade, onde as condições apresentadas pelo meio em questão pesavam menos ou eram adaptadas à explicação apriorística adotada. Assim parecia acontecer com a explicação de Octávio Brandão sobre as condições históricas do Brasil.

Para trabalhar com o movimento em questão, recorre-se neste ensaio a uma discussão explorada pela historiadora Márcia D’Alessio em seu artigo *Teoria e história: uma relação tensionada*, presente na primeira edição da Revista Internacional de Humanidades.

No artigo, D’Alessio parte da discussão empreendida por Aristóteles a respeito da diferença entre a poesia e a história. Enquanto a última trata do que aconteceu, a primeira fala sobre o que poderia ter acontecido. Em suma, a teoria busca a universalidade, enquanto a história procura estudar a especificidade. A teoria parte de situações particulares para gerar leis universais, enquanto a história pode partir de um âmbito mais geral para chegar em uma realidade pertencente a uma época e local delimitados. Dessa forma, há uma tensão onde teoria e história demonstram suas

diferenças, mas ao mesmo tempo não podem se separar (D’ALESSIO, 2013).

Tendo este esclarecimento como base, pode-se partir para a tentativa de compreensão do que significava a tentativa de explicação da teoria do P.C.B. sobre a realidade histórica do Brasil. Octávio Brandão partia de um modelo explicativo desenvolvido externamente à realidade que ele analisava. Realizava um confronto daquele modelo com as condições impostas pelo meio sob análise, ou seja, as situações concretas colocadas pela realidade histórica brasileira, entretanto a teoria adotada a partir da exterioridade prevalecia em relação a uma especificidade das condições sócio econômicas do país. A explicação sobre as realidades dos países semicoloniais ou dependentes, que era utilizada pela Internacional também para a China, a Índia, o Egito, a Indonésia, entre outros (PINHEIRO, 1975, 121), dominava a análise de Brandão.

Dessa forma, na teorização de Octávio Brandão prevalecia o elemento geral sobre o elemento histórico. Porém, Octávio Brandão parece realizar uma concessão às vicissitudes do meio brasileiro quando se debruça sobre o tenentismo. Portanto, não se pode dizer que Octávio Brandão se esquecesse completamente do meio em que vivia.

Contudo, no momento em que Octávio Brandão escrevia seu livro, não havia uma explicação rival sobre a realidade brasileira no P.C.B. O modelo que enfatizava a presença dos resquícios feudais seria utilizado inclusive por Astrojildo Pereira, importante membro do P.C.B. como já foi dito no início deste ensaio. Pereira, ao criticar Oliveira Vianna, diria que o último tentava eliminar a luta de classes da história do Brasil. Em sua análise, Astrojildo enfatizaria o embate constante entre o caráter “agrário” e o caráter “urbano” na história nacional (PEREIRA, 1979, P. 167).

Assim, a teoria da revolução do P.C.B. teria forte apego à dualidade do *agrarismo/industrialismo* e também à questão nacional e colonial, pois as duas embasariam as considerações sobre a presença do feudalismo nas relações sociais do meio rural brasileiro.

A partir daí o Partido sustentava a formulação de que o proletariado deveria guiar as demais classes exploradas em uma revolução. Em sua primeira fase, o proletariado apoiaria a pequena burguesia contra a grande burguesia, entretanto o próprio desenrolar do processo revolucionário faria com que a classe média fosse destroçada. Então o proletariado teria livre seu caminho para a concretização do socialismo (FRITZ MAYER, 1926, P. 58).

Tal maneira de visualizar a situação histórica brasileira estaria presente no jornal *A Classe Operaria*. Já no editorial de retorno, do dia 1 de maio de 1928, trazia-se a ideia de união entre as classes sociais oprimidas, entre todas as profissões do meio urbano e rural. Quanto a pequena burguesia, o proletariado deveria atrair para si a parte descontente, que não tivesse sido levada pelo movimento da grande burguesia representada pelo Partido Democrático (A CLASSE OPERARIA, 1928a, P. 1)

Mas o jornal *A Classe Operaria* não seria palco de concordância absoluta em

torno da questão de se definir o peso de cada classe social para a revolução almejada. Em sua tentativa de falar aos trabalhadores o órgão revelaria tensões, pois o discurso sobre a aliança de classes apresentaria brechas. Estas poderiam levar a mais de uma hierarquização sobre a importância das classes na explicação pecebista. O principal ponto de controvérsia seria em volta do papel do trabalhador rural ou camponês.

Na edição do dia 12 de maio de 1928, por exemplo, no artigo “Combatamos o imperialismo!”, o proletariado e a pequena burguesia eram chamados de “povo brasileiro” (A CLASSE OPERARIA, 1928b, P. 1). Isso gera a questão de se pensar no que era o povo brasileiro para o jornal. Além disso, também se pode pensar em qual era a importância do campesinato. Este fora esquecido simplesmente pelo artigo? Ou a noção de proletariado cobria tanto os trabalhadores urbanos quanto os trabalhadores rurais?

O problema apareceria de novo na mesma edição. No artigo “A Invasão Fordista: como o Brasil rola para a escravidão” falava-se que a situação do proletariado e da pequena burguesia era má e que se o imperialismo de fato dominasse este país as condições apenas piorariam. No penúltimo parágrafo do artigo se dizia que o imperialismo traria a “escravização para a massa” e no último parágrafo se falava em “escravização para o povo” (A CLASSE OPERARIA, 1928b, P. 3). Salta aos olhos a não menção aos camponeses ou trabalhadores rurais no artigo.

A questão retornaria de forma um pouco mais sutil na edição do dia 6 de julho de 1929, com o artigo “A Verdadeira Significação da Data Revolucionária de Hontem”, onde se abordava como principais temas as revoltas tenentistas de 1922, 1924 e a Coluna Prestes. Argumentava-se que as “massas agrárias do sertão” se punham em contato com os tenentes a partir da marcha da Coluna. Então, compreendia-se que aquelas massas eram uma das grandes forças motrizes de uma revolução democrático-burguesa, devido às características de um país como o Brasil. Além disso, o proletariado teria a tarefa de impulsionar estas massas rumo à revolução. Portanto, o artigo fazia menção clara ao papel dos trabalhadores rurais ou camponeses.

Contudo, mais a frente se afirmava que só uma força seria capaz de lutar contra o imperialismo: o proletariado. E era com este que a classe média deveria se aliar (A CLASSE OPERARIA, 1929, P. 3). Portanto, a solução para a luta contra a divisão das terras entre os latifúndios, que era referida como a maior questão social a ser resolvida no Brasil, constituía-se em uma aliança entre o proletariado e a classe média.

Assim, os trabalhadores rurais ou camponeses apareciam pouco na argumentação pecebista e até mesmo na própria confecção do jornal *A Classe Operaria*. Octávio Brandão, em suas memórias escritas no livro *Combates e batalhas*, faz referência às profissões dos trabalhadores envolvidos na produção das edições 5, 6 e 8 do jornal. Entre operários gráficos, tecelões, alfaiates, tintureiros, metalúrgicos, só houve um camponês (BRANDÃO, 1978, P. 309).

Desse modo, havia uma tensão na formulação pecebista que chegava aos militantes através do jornal *A Classe Operaria*, pois ora os trabalhadores rurais

eram valorizados, ora não. Assim, partindo-se mais uma vez da problematização de Koselleck no seu capítulo “A história dos conceitos e a história social”, pode-se dizer que os conceitos empregados pelo P.C.B. estavam em conflito com a compreensão da própria realidade histórica? Seriam os camponeses ou trabalhadores rurais algo que os pecebistas tentavam deliberadamente apagar de seu esquema explicativo, mas mesmo assim retornavam como um “recalcado” do processo histórico, de forma que o PCB não conseguia se livrar de sua presença? De qualquer forma, havia uma dubiedade na maneira como o Partido considerava a questão camponesa.

Não valorizar o papel do campesinato poderia contradizer o próprio apoio que o P.C.B. havia encontrado nas deliberações do VI Congresso da Internacional Comunista, de 1928, que havia reforçado a proposição de que a revolução deveria ter caráter democrático burguês, com o proletariado guiando o campesinato e a pequena burguesia.

Talvez o enfraquecimento do papel do campesinato nas explicações do jornal se deva à própria experiência histórica dos membros que escreviam no jornal, ou seja, eram majoritariamente profissionais urbanos. Paulo Sérgio Pinheiro argumenta que à época do V Congresso da I.C., em 1924, tanto a direção do P.C.B. como a generalidade do Partido compreendiam operários, sendo estes algo em torno de 80% (PINHEIRO, 1991, P. 127).

Além disso, como Heitor Ferreira Lima explica no seu livro *Caminhos Percorridos*, o P.C.B. se espelhava na ideia de “frente única proletária”, que cabia mais ao contexto europeu do que propriamente à realidade brasileira. No IV Congresso da Internacional, em 1922, foi declarado que os comunistas aproveitassem o ganho de apoio crescente ocorrido apesar da indiferença das massas, até mesmo o apoio dos trabalhadores ainda influenciados pelo anarquismo e sindicalismo.

Contudo este era o contexto europeu. O contexto brasileiro era completamente diferente. Assim, o P.C.B. adotara uma narrativa sobre a experiência histórica vivida pelos comunistas na Europa. A aplicação desta narrativa ao cenário brasileiro, encobria a consciência sobre a própria experiência histórica deste país. Seria necessária uma narrativa que partisse da experiência da luta de classes no Brasil.

Não havia uma fórmula pronta sobre como realizar esta narrativa própria do meio nacional. Mas o 4º ponto das condições de ingresso na Internacional escritas em 1920 no II Congresso daquela entidade exortava para a necessidade do trabalho no campo, de maneira a imprimir um caráter revolucionário ao movimento dos trabalhadores camponeses contra os resquícios do feudalismo, formando-se até mesmo sovietes daqueles trabalhadores (LIMA, 1982, P. 64-65).

Uma aproximação maior das vicissitudes da América Latina foi realizada pela Internacional Sindical Vermelha (I.S.V.), segundo Heitor Ferreira Lima. A I.S.V. se preocupou com questões envolvendo os imigrantes, os operários agrícolas, os negros e os índios. Porém, Ferreira Lima aponta que o aspecto falho daquela organização foi não ter considerado as diferenças entre os países e regiões latino-americanas. A

relação com o imperialismo e a consciência de classe do movimento operário variavam de um local para o outro (LIMA, 1982, P. 92).

Assim, seria necessário que cada partido ou movimento nacional construísse sua explicação para as condições nacionais. O P.C.B. acabou levando em conta mais as condições europeias do que as brasileiras. Porém, a presença do campesinato nos artigos do jornal *A Classe Operária*, ainda que de forma mais enfraquecida do que no caso do proletariado e da pequena burguesia, pode ser encarada como um retorno incontrolado do “outro” ou do recalcado na escrita, de acordo com uma proposição de Michel de Certeau no livro *A Escrita da História* (CERTEAU, 2008, P. 5).

Os trabalhadores que escreviam no jornal *A Classe Operária* não eram historiadores, mas a partir do momento em que buscavam explicar a realidade histórica do Brasil, realizavam uma operação historiográfica. Ou seja, escreviam a história mesmo não sendo historiadores profissionais. E nesse processo de escrever a história, precisavam lidar com o mundo material, que se tornava seu objeto de análise. Mas este não permanecia imóvel enquanto tentavam explica-lo. O objeto em si tem suas vicissitudes, que o historiador ou aquele que empreende a escrita da história deve tentar compreender. Como Hans-Georg Gadamer considerou, apoiado na reflexão de Georg Misch a respeito da filosofia da vida de Wilhelm Dilthey, “[...] toda vida comporta em si um saber” (GADAMER; FRUCHON, 2006, P. 31). Assim, os camponeses ou trabalhadores rurais se apresentavam como uma realidade da história brasileira, ainda que o foco da teoria construída pelos pecebistas no jornal recaísse sobre os papéis do proletariado e da pequena burguesia.

Esta imposição do objeto para o sujeito que empreende a operação historiográfica pode ser pensada na própria relação entre a teoria emprestada à Internacional Comunista e a realidade específica da qual o P.C.B. participava. Octávio Brandão utilizaria a ideia da política de alianças para teorizar sobre a união entre a classe operária e a classe média, ao passo que as preferências da Internacional para os países semicoloniais giravam em torno de uma aliança entre a classe operária e o campesinato. Se era um ato de escolha de Octávio Brandão preferir abordar a relação do operariado com os tenentes é algo que não se pode cravar, mas os trabalhadores rurais se impunham como um “outro”, ou seja, um dado da materialidade histórica que subia à tona na escrita mesmo que Brandão tentasse não abordar sua presença.

Com isso, havia o seguinte movimento na operação historiográfica de Octávio Brandão e do jornal *A Classe Operária*: ao mesmo tempo em que a Internacional Comunista não tinha uma análise específica para as condições históricas do Brasil, esta entidade indicava que um caminho para a revolução seria buscar o apoio das massas agrárias; e Brandão, ao adaptar a ideia da “frente única proletária” para a aliança entre operariado e tenentes, diminuía o papel de maior relevo que poderiam ter os trabalhadores rurais no esquema revolucionário.

Mas o que teria levado Octávio Brandão a preferir enfatizar a aliança com a pequena burguesia e não dar tanta atenção ao campesinato? Talvez pese aí a

experiência histórica vivida pelo autor no momento em que redigia *Agrarismo e Industrialismo*. A primeira parte deste livro já havia ficado pronta em 1924, tendo sua redação final em 1926. Até ali já se tinham passado duas revoltas tenentistas e a Coluna Prestes já iniciara sua extensa trilha de luta Brasil afora. E como o próprio autor alega no livro mencionado, as massas agrárias eram apáticas. Por isso, provavelmente a maior confiança depositada na ação da pequena burguesia.

No que tange à Internacional, havia uma clara relação entre uma consciência histórica e uma experiência presenciada ou vivida (RÜSEN, 2001, P. 56-57). Tal relação era expressa pela escrita, através de uma narrativa. A narrativa da Internacional para a revolução nos países semicoloniais parecia pautada na própria experiência da Revolução Russa, onde o proletariado de fato teve liderança no processo de tomada do poder, com apoio nas movimentações do campesinato.

O P.C.B., por sua vez, não vivia em um ambiente revolucionário. Some-se a isso o fato de o proletariado ser de reduzido número no Brasil. Ainda assim, o Partido adaptava da sua maneira o plano esboçado pela Internacional, privilegiando a pequena burguesia em lugar do campesinato. Com isso, apresentava-se uma tensão na maneira como o Partido lidava com a consciência histórica propagada pela Internacional.

Porém, depositar sua fé na aproximação maior do proletariado com a pequena burguesia faria Octávio Brandão e o P.C.B. sofrerem duras críticas da Internacional Comunista a partir da guinada desta contra a socialdemocracia após 1928.

A “guinada tática” da I.C., que passou a ver a socialdemocracia como “social-fascismo”, abandonando a política de alianças do movimento operário com a pequena burguesia, deve-se ao contexto de luta política entre o “centro” de Stalin e Molotov e a “direita” de Bukharin e Rykov, da qual a última saiu derrotada (DEL ROIO, 1990, P. 45).

Além disso, na mesma época da crise dos cereais na União Soviética, entre 1928 e 1929, houve o *affaire chakhti*, apontado como uma conspiração contrarrevolucionária de técnicos apoiada por forças externas. É daí que Stalin percebe a ocasião para defender a tese de que havia necessidade de recrudescer a luta de classes, a fim de desenvolver o socialismo. A “crise dos técnicos” fez com que Stalin deflagrasse uma ofensiva contra qualquer colaboração com a socialdemocracia. A Internacional passaria a atacar veementemente qualquer aproximação com a pequena burguesia a partir de então (LIMA, 1990, 124).

O P.C.B., ao defender a aliança entre o operariado e a classe média, seria conclamado a se depurar de seus elementos colaboracionistas. No relatório sobre a situação do P.C.B., de 1929, a Internacional acusaria este partido, entre outras coisas, de não ter valorizado o elemento camponês. Aqui pesaria o papel da instituição mais poderosa, pois Octávio Brandão seria afastado do partido, seguido depois por Astrojildo Pereira. Teria início a fase conhecida como “obreirismo”, com uma radicalização da negação dos intelectuais no partido.

A MUDANÇA DO PAPEL DO CAMPESINATO NO JORNAL A CLASSE OPERÁRIA

A partir do afastamento de Octávio Brandão e de Astrojildo Pereira o jornal demonstrou uma mudança de postura em relação aos camponeses. No número 94, do dia 28 de julho de 1930, aparecia um texto intitulado “Camaradas, de pé!”, onde se dizia aos operários para que organizassem comitês de luta em todas as fábricas e também uma frente única de todo o proletariado. No mesmo texto, conclamava-se os trabalhadores agrícolas, colonos e pequenos lavradores a organizarem comitês de luta em todas as fazendas e localidades do interior, a tomar a terra. Havia uma passagem onde se unia os anseios de operários e trabalhadores rurais ao mesmo tempo: “Pão ou trabalho para os operarios desempregados, terra aos trabalhadores da lavoura!” (A CLASSE OPERARIA, 1930, P. 1)

Mais à frente, encontravam-se várias palavras de ordem em relação aos trabalhadores rurais: “Pela abolição de todos os impostos, dividas e hypothecas que pesam sobre os lavradores pobres!”; “Confiscação dos latifundios e fazendas (terras do clero e do Estado) e sua divisão entre os colonos, pequenos lavradores e trabalhadores agrícolas!”; “Trabalhadores da terra – tomai a terra!”

Na edição de 10 de novembro de 1931, no artigo “O nosso chamado ao povo oprimido”, falava-se em uma “frente unica de todos oprimidos” contra a “barbara exploração e opressão de fazendeiros e senhores de terras, de capitalistas e imperialistas e de seus governos fascistas”. Exortava-se para a criação de comitês nos locais de trabalho, fazendas, bairros, quartéis e navios ao mesmo tempo em que se criasse grupos de defesa dos operários e camponeses. No último parágrafo, falava-se em preparar a “revolução operaria e camponesa dirigida pelo P.C.B.” (A CLASSE OPERARIA, 1931, P. 2).

No artigo “O unico remédio”, na mesma edição do dia 10 de novembro de 1931, falava-se em uma união entre jornaleiros, colonos e lavradores pobres. Havia um incentivo para a formação de comitês e grupos armados, a fim de se pressionar por um conjunto de reivindicações como melhoria de salários e pagamento dos atrasados, auxílio aos desempregados, isenção de impostos e de pagamento de juros hipotecários a bancos ou fazendeiros ricos, diminuição dos fretes e das passagens, direito de liberdade de compra e venda, direito de uso gratuito dos carros, carroças e animais dos senhores de terras, e divisão das terras entre os trabalhadores pobres. Estes comitês também teriam uma função de defesa, como se pode perceber neste trecho, quando se diz que eles serviriam para “[...] repellirem à bala todos os capangas e autoridades dos governos de fazendeiros e capitalistas, e de seus amos, ricaços estrangeiros” (A CLASSE OPERARIA, 1931, P. 3).

Verificava-se então uma mudança na abordagem em relação aos camponeses, pois estes são mais valorizados nas edições de 1930 e 1931 em comparação com os anos de 1928 e 1929.

Em uma edição do mês de novembro de 1932, sem dia especificado, demonstra-

se uma mudança em relação à ideia de união com a pequena-burguesia. No artigo “O Astrojildismo e a Luta pela Formação do Partido do Proletariado”, ataca-se claramente a ideia de colaboração de classes, encarnada na figura de Astrojildo Pereira. Segundo o artigo, “[...] no passado o Partido, orgânica e politicamente, não passava de um apêndice da pequena-burguesia e de caudilhos como Mauricio de Lacerda e Luiz Carlos Prestes [...]”. No texto ainda se dizia que na época em que o Partido não conhecia a linha política, a estratégia e a tática marxista-leninista, “[...] Astrojildo sentia-se bem naquele ambiente social-confusionista [...]” (A CLASSE OPERARIA, 1932, P. 3). Astrojildo é apontado no texto como o criador da lenda de que Prestes estivesse maduro para entrar no Partido mesmo após as tentativas frustradas de aproximação com a pequena burguesia e também após a “viragem proletária”.

A união que se preconizava neste momento era entre o proletariado, os camponeses revolucionários, o “[...] movimento realmente anti-imperialista da massa pequeno-burguesa urbana e rural oprimida e explorada, das raças negra, índia e mestiça escravizadas [...]” (A CLASSE OPERARIA, 1932, P. 2). A pequena burguesia só seria interessante como aliada em seus elementos de massa.

Na edição de 23 de agosto de 1934, é possível enxergar mais uma vez a mudança em relação à pequena burguesia. No texto “Por um 23 de Agosto de combates de massas, por pão, terra e liberdade!”, onde se relembra inicialmente os assassinatos de Sacco e Vanzetti, acontecidos em 1927 nos Estados Unidos na mesma data referida no título, explica-se que a situação no Brasil se caracterizava por um lado pela “[...] combatividade das massas, que corajosamente se lançam á luta, pelo destacamento da direção dessas lutas das mãos dos caudilhos pequeno-burguezes, dos ‘cavaleiros da esperança’, para os do proletariado dos pontos decisivos da produção e de seu P.C.B. [...]”; e por outro lado pelo recrudescimento do “terror feudal-burguez” servido pela “Constituinte dos ricos nacionais e estrangeiros” (A CLASSE OPERARIA, 1934, P. 1).

Essa união entre operários e camponeses, sem dependência em relação à pequena burguesia, era a forma como se passava a encarar o que seria considerada a revolução democrático-burguesa. Na edição de 23 de março de 1935, no artigo “Novos golpes e novos massacres”, Miranda escrevia que em meio às disputas entre os interventores de Getúlio Vargas e as camarilhas estaduais, os trabalhadores das cidades e dos campos deveriam pegar as armas para defender seus próprios interesses de classe e não para servir às ambições dessa “[...] canalha, senhores das terras, das fabricas e dos bancos e socios dos imperialistas opressores do Brasil” (A CLASSE OPERARIA, 1935, P. 4). A insurreição armada das cidades e dos campos faria os comunistas conseguirem o pão, a terra e a liberdade. “Este é o caminho que o ‘Partido Comunista do Brasil’ (secção da I. C.) vem apontando ha muito ás massas populares do Brasil: o caminho da Revolução democratico-burguesa.” (A CLASSE OPERARIA, 1935, P. 4)

Assim, a ideia de revolução democrático-burguesa a esta altura parecia mais

relacionada a uma união entre operariado e campesinato, diferentemente do que ocorrera até 1929, quando se valorizava a aliança entre proletariado e pequena-burguesia.

Portanto, com o afastamento de Octávio Brandão e de Astrojildo Pereira, o P.C.B. passou a seguir mais estritamente a linha propugnada pela Internacional para a revolução nos países semicoloniais e dependentes: uma aliança entre operariado e campesinato, com a pequena-burguesia em segundo plano. Isso ficava claro através dos artigos de seu órgão de imprensa, o jornal *A Classe Operária*.

REVERBERAÇÕES DA TEORIA PECEBISTA

A teoria da revolução do P.C.B teve eco nas explicações marxistas sobre a realidade histórica brasileira de fins do século XIX e inícios do século XX, no que concerne à consideração sobre a existência do feudalismo. Houve vários exemplos disso.

Nelson Werneck Sodré, no livro *Formação Histórica do Brasil*, com primeira edição de 1962, explicava os malefícios do regime escravista e o surgimento do feudalismo a partir da escravidão. O autor chegava à consideração de que o feudalismo surgiu de dentro da escravidão devido à fragmentação do latifúndio e da substituição dos escravos por trabalhadores livres, que eram obrigados a pagar taxas ao dono das terras pois estavam vinculados a estas, ainda que não fossem escravos (SODRÉ, 1987, P. 7).

Para fundamentar sua visão, Sodré explicava que o processo de feudalização na Europa não tinha se baseado apenas na deterioração do escravismo romano, pois também houve a desintegração do regime gentílico dos bárbaros, que presenciaram a substituição do escravismo pelo regime de colonato. Os trabalhadores livres, colonos, estavam vinculados às terras e viam a propriedade individual das terras aráveis crescer em lugar da propriedade coletiva das florestas e pastagens. Ocorria um processo de distribuição das terras pelos senhores ao mesmo tempo em que se convertia os trabalhadores em servos da gleba (SODRÉ, 1987, P. 7-8).

Alberto Passos Guimarães foi outro exemplo de autor que considerou a presença do feudalismo no Brasil, no livro *Quatro séculos de latifúndio*, com primeira edição de 1963. Para este autor, Portugal não trouxe para o Brasil o sistema capitalista. Em seu lugar, o que houve foi a utilização de instituições políticas e jurídicas mais atrasadas e opressivas por parte da empresa colonial, de modo a assegurar o domínio da metrópole (GUIMARÃES, 1977, P. 22). Exemplo disso se dava quando da distribuição dos latifúndios aos “homens de qualidades”, reproduzindo no Novo Mundo um dos fundamentos da ordem de produção feudal, ainda existente em Portugal (GUIMARÃES, 1977, P. 24).

Porém em 1966, com a publicação de *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Júnior estabeleceria uma crítica contundente à teoria da revolução pecebista, pois atacaria

justamente a ideia de existência de resquícios feudais na formação sócio econômica brasileira. Segundo Caio Prado, para que houvesse restos feudais no Brasil, seria necessária a presença anterior do próprio sistema feudal, o que não ocorreu segundo o autor.

Já em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, Caio Prado divergia da interpretação sobre a existência do feudalismo no Brasil, pois o enxergava desde sua fundação como colônia já inserido dentro do sistema comercial que depois se transformaria no capitalismo.

A crítica de Caio Prado Júnior seria continuada por estudiosos posteriores quando se tratasse de estudar a inserção da explicação pecebista na formação sócio econômica brasileira, como Ronald Chilcote, Edgar Carone e Antonio Carlos Mazzeo.

Ronald Chilcote ataca o ponto onde Octávio Brandão caracterizava o capitalismo agrário do Brasil como “semifeudal”. Para Chilcote, o desenvolvimento da agricultura comercial proporcionou recursos para a indústria e o comércio no meio urbano, ao lado do enfraquecimento da relação fazendeiro-camponês (CHILCOTE, 1982, P. 230-231). Portanto, a agricultura comercial significava um estágio mais desenvolvido do capitalismo agrário do que a abordagem defensora do caráter “feudal” supunha.

Já Edgard Carone alega que não havia a separação entre uma burguesia agrária e uma burguesia industrial. Segundo Carone, a elite rural do Brasil era mercantilista, portanto quando surgissem oportunidades de negócio nos setores do comércio e da indústria, a classe rural não hesitaria em vender suas terras. Carone cita Caio Prado Júnior ao afirmar que a terra não tinha para a elite rural brasileira o mesmo significado que apresentava à nobreza europeia e japonesa, isto é, não havia um vínculo tradicional (CARONE, 1989, P. 19).

Antonio Carlos Mazzeo, por sua vez, explicita a grande influência das ideias do *Komintern* na América Latina, principalmente a partir do VI Congresso, de 1928, no qual foram enfatizadas as “relações feudais” existentes na região. Porém, Mazzeo demonstra que mesmo na Internacional Comunista havia uma voz dissidente: Jules Humbert Droz, assistente para os “países latinos”. Droz reconhecia a subordinação das burguesias latino-americanas ao imperialismo inglês e norte-americano, de modo semelhante a Octávio Brandão na obra *Agrarismo e industrialismo*, mas em lugar de utilizar o conceito de feudalismo ao se referir à composição do capitalismo agrário nos países latinos, trabalhava com os conceitos de “semicolônia” e “regime colonial capitalista” (MAZZEO, 2003, P. 158). Dessa forma, a ideia do agrarismo como permanência das relações feudais não poderia se sustentar para essa vertente.

Mas apesar da forte crítica de Caio Prado Júnior e de seus continuadores, a utilização do conceito de feudalismo não foi completamente abandonada. As reverberações da teoria da revolução pecebista se fazem presentes ainda em textos relativamente recentes, da coleção *História do Marxismo no Brasil*, como os de Marcos Del Roio e Ligia Osorio Silva, pois ambos os autores consideram a presença dos resquícios feudais na análise das condições históricas de desenvolvimento do Brasil

nas primeiras décadas do século XX.

Marcos Del Roio, em um texto intitulado “Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920-1940)”, chama a atenção para a revolução burguesa em curso no Brasil quando dos primeiros anos do PCB. Havia um rearranjo das classes dominantes, consequência da “[...] industrialização técnica e orgânica da agricultura e do crescimento da grande indústria [...]”, enquanto o partido comunista teria como tarefa ideal a de organizar e dirigir o proletariado aliado à pequena burguesia urbana. Nesse ínterim, as condições feudais acabariam relegando os trabalhadores do campo a um âmbito secundário no processo da revolução, pelo menos em um primeiro momento (DEL ROIO, 2007b, P. 37).

Por sua vez, Lígia Osório Silva, no texto intitulado “Feudalismo, capital mercantil, colonização”, lança um questionamento sobre o significado da reintrodução da escravidão na América: seria ela um resultado do desenvolvimento do capitalismo ou estaria relacionada ao fenômeno ocorrido na Europa no século XVI chamado “reação feudal”? (SILVA, 2007, P. 17)

Mais adiante, a autora chega à consideração de que a recorrência dos Estados modernos à escravidão não partia de uma característica dominante, pois a escravidão colonial manifestava um aspecto acessório se comparada com o escravismo do mundo antigo. Assim, os Estados modernos não eram escravistas, mas antes “Estados feudais modificados”, muito mais complicados do que os Estados antigos (SILVA, 2007, P. 61).

Assim, formaram-se explicações mais complexas que a teorização pecebista sobre as circunstâncias históricas brasileiras do começo do século, a partir das leituras posteriores realizadas por estudiosos que confrontaram seus pressupostos com uma crítica mais acirrada sobre a concretude do meio nacional e relacionando-a com conceitos como escravidão, colonização, industrialização e formação dos Estados modernos.

O avanço nas explicações marxistas sobre o meio histórico brasileiro demonstrou que não se pôde abandonar de todo a teoria esboçada por Octávio Brandão nos anos 20. Seu esquema de revolução preconizador da aliança entre o operariado e os tenentes não produziu resultados significativos e a diminuição do papel dos camponeses em seu esquema causou sua própria ruína nos quadros partidários, devido à reação da Internacional. Mas sua certeza sobre a existência do feudalismo no Brasil teve o papel de ao menos lançar a dúvida sobre aqueles que empreendessem um estudo marxista das condições históricas de desenvolvimento do país.

Em suma, estudar a aplicação do conceito de feudalismo à realidade histórica brasileira se constitui em um exercício de se pensar a relação entre teoria e história, ao mesmo tempo em que se reflete sobre a relação entre consciência histórica e experiência vivida. Eis o papel da tensão.

REFERÊNCIAS

- A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 1, 1 de maio de 1928.
- A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 3, 12 de maio de 1928.
- A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 63, 6 de julho de 1929.
- A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 94, 28 de julho de 1930.
- A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 7, 10 de novembro de 1931.
- A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 145, novembro de 1932.
- A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 167, 23 de agosto de 1934.
- A CLASSE OPERARIA. Rio de Janeiro, n. 176, 23 de março de 1935.
- BRANDÃO, Octavio. **Combates e batalhas: memórias**. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- CARONE, Edgard. **Classes Sociais e Movimento Operário**. São Paulo: Ática, 1989. 309p.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Tradução de Celso Mauro Pasiornik. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. Teoria e história: uma relação tensionada. In: **Revista Internacional de Humanidades**. Madri: n. 1, v. 2, 2013.
- DEL ROIO, Marcos. A formação de um quadro dirigente do PCB. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. **Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**. V. 1. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920 -1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.) **História do Marxismo no Brasil**. V. 5. Campinas: Unicamp, 2007.
- FRITZ MAYER. **Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brazil**. Buenos Aires: s/d, 1926.
- GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre. **O problema da consciência histórica**. Tradução de Paulo Cesar Duque Estrada. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, Heitor Ferreira. Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. **Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Caminhos Percorridos**: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Tradução de Felipe José Lindoso. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAWDSLEY, Evan. **The Russian Civil War**. New York: Pegasus Books, 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**. V. 1. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

PEREIRA, Astrojildo. Sociologia ou apologética? In: **Ensaio histórico e políticos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. 217p.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Uma Revolução Perdida: a história do socialismo soviético**. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

SILVA, Lígia Osório. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. **História do marxismo no Brasil**. V. 4. Campinas: Unicamp, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

SOBRE A ORGANIZADORA

GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).

Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 7, 72, 87, 133, 134

C

Civilização 5, 115, 161

Comunidade 62, 93, 94, 98

Conhecimento 54, 70, 97

Contexto 98

Cultura 2, 5, 8, 18, 24, 26, 54, 70, 72, 101, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 140, 142, 162, 164

D

Democracia 134

Desenvolvimento 55, 70, 90, 97, 98, 99, 128, 164, 196

Diferenciação 2, 5, 24

Discurso 162

E

Escola 98, 122, 125, 126, 128

H

História 2, 3, 12, 13, 16, 17, 26, 30, 34, 39, 41, 42, 54, 70, 71, 72, 88, 115, 141, 151, 160, 161, 175, 176, 193, 194

I

Identidade 25, 127, 130

L

Liberdade 98, 185

M

Memória 71, 72, 79, 117, 151, 164, 194

P

Percepção 141

Política 42, 97, 127, 128, 129, 133, 134

Processo 141

R

Realidade 88

Resistência 2, 5, 24, 154

Revolução 5, 27, 28, 35, 37, 38, 41, 42, 106, 111, 136

S

Social 2, 5, 6, 17, 24, 26, 40, 41, 52, 55, 70, 88, 97, 131

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-524-2



9 788572 475242